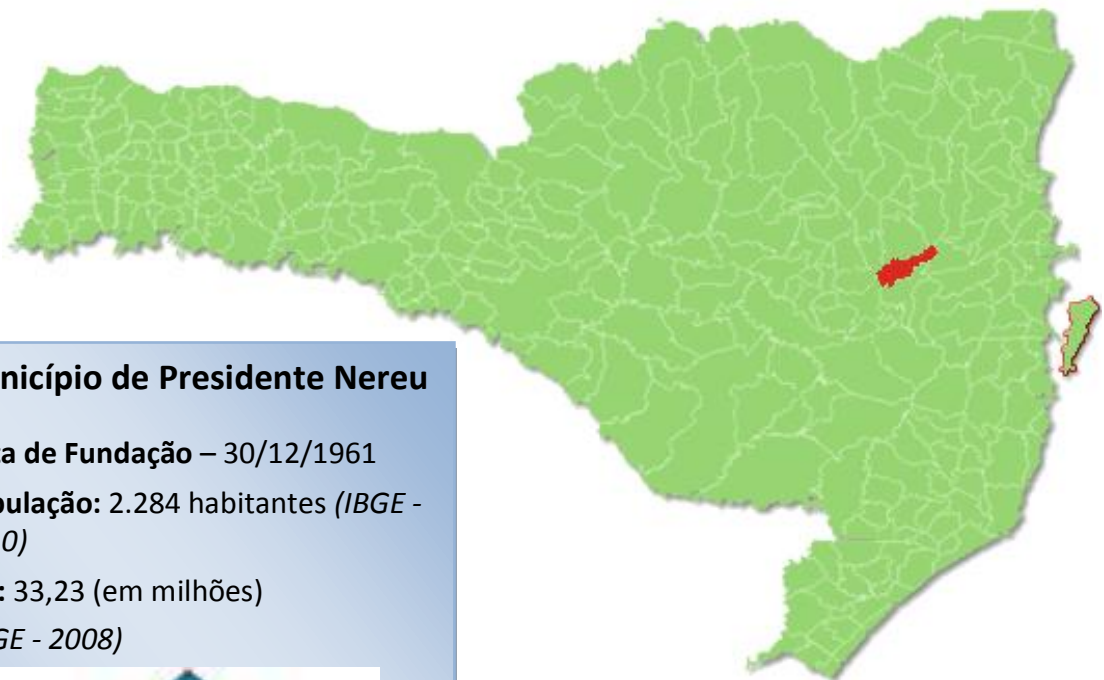




TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2010



Município de Presidente Nereu

Data de Fundação – 30/12/1961

População: 2.284 habitantes (IBGE - 2010)

PIB: 33,23 (em milhões)
(IBGE - 2008)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	4
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	6
3.1. Apuração do resultado orçamentário	6
3.2. Análise do resultado orçamentário	7
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	8
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	14
4.1. Situação Patrimonial.....	15
4.2. Análise do resultado financeiro.....	15
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	16
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	19
5.1. Saúde	19
5.2. Ensino.....	20
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	20
5.2.2. FUNDEB.....	22
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	24
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município.....	24
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	26
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	27
6. DO CONTROLE INTERNO	28
7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA.....	28
8. INCONSISTÊNCIA CONTÁBIL	30
9. OUTRA RESTRIÇÃO	30
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2010	31
CONCLUSÃO.....	31
ANEXO	34
APÊNDICE 1	35
APÊNDICE 2	39
APÊNDICE 3	41

PROCESSO	PCP 11/00131660
UNIDADE	Município de Presidente Nereu
RESPONSÁVEL	Sr. Eudegar Jose Back - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2010
RELATÓRIO N°	4926/2011

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Presidente Nereu, relativas ao exercício de 2010.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2010 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Presidente Nereu, sendo que as médias apresentadas foram geradas em 31/10/2011.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para

o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

A segunda metade da década de 1920 marca o início da História de Presidente Nereu. Os primeiros moradores foram caçadores oriundos de São Pedro de Alcântara. Nesta mesma época, José da Costa Miranda demarcou a colônia agrícola de Edelberto Brasilides de Oliveira e, em 1928, Antônio Fernando Joenck fixou-se na região, sendo considerado oficialmente o primeiro morador. Na década de 1930, mais de 10 famílias de imigrantes italianos e alemães formavam a comunidade, que pertencia a Brusque. A colônia teve diversos nomes: Vila D'Alva, Gaspar, Brusque Nova, Santa Rita, Boa Esperança e Naufrágio, este último para lembrar o naufrágio de um barco com imigrantes que afundou no Rio Itajaí-Mirim - felizmente todos se salvaram. Mais tarde foi criado o distrito de Nilo Peçanha, pertencente a Vidal Ramos. Mas logo o nome mudou novamente, dessa vez para Itaquá, que em tupi-guarani significa “local pedregoso”. Quando o município foi criado, em 30 de dezembro de 1961, finalmente recebeu o nome atual - uma homenagem a Nereu Ramos, o único Presidente da República nascido em Santa Catarina.

O Município de Presidente Nereu tem uma população estimada em 2.284² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,77³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 33.233.524,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 14.300,14, considerando uma população estimada em 2008 de 2.324 habitantes.

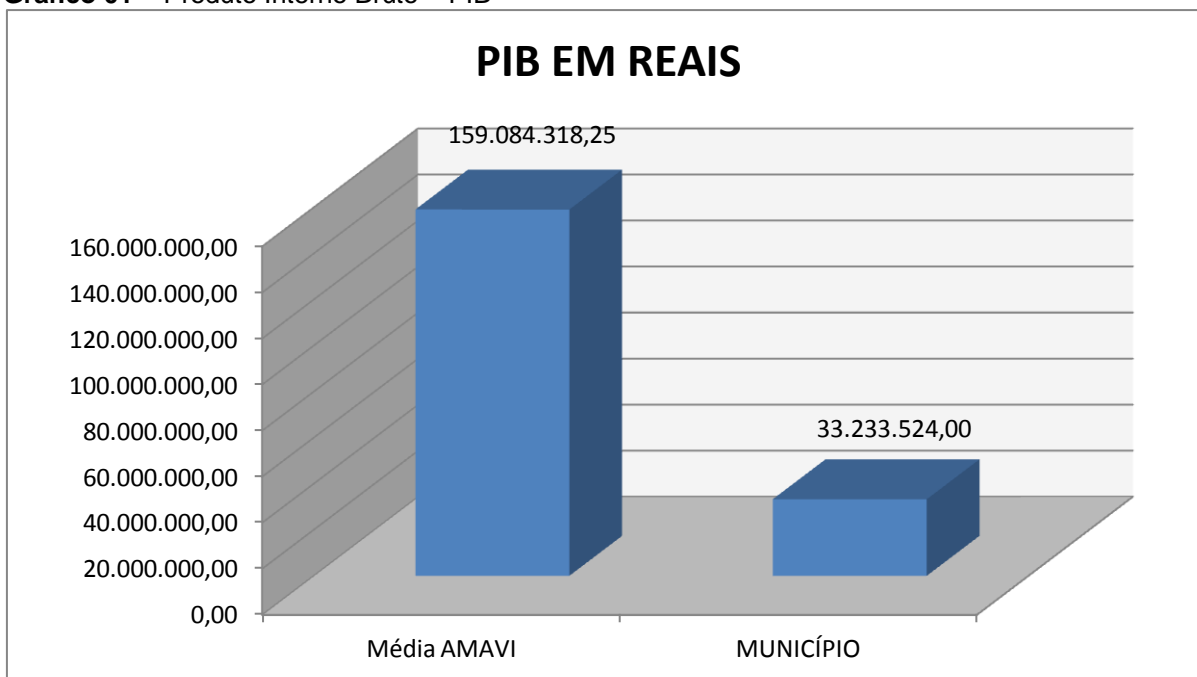
¹ Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

² IBGE - 2010

³ PNUD - 2000

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2008

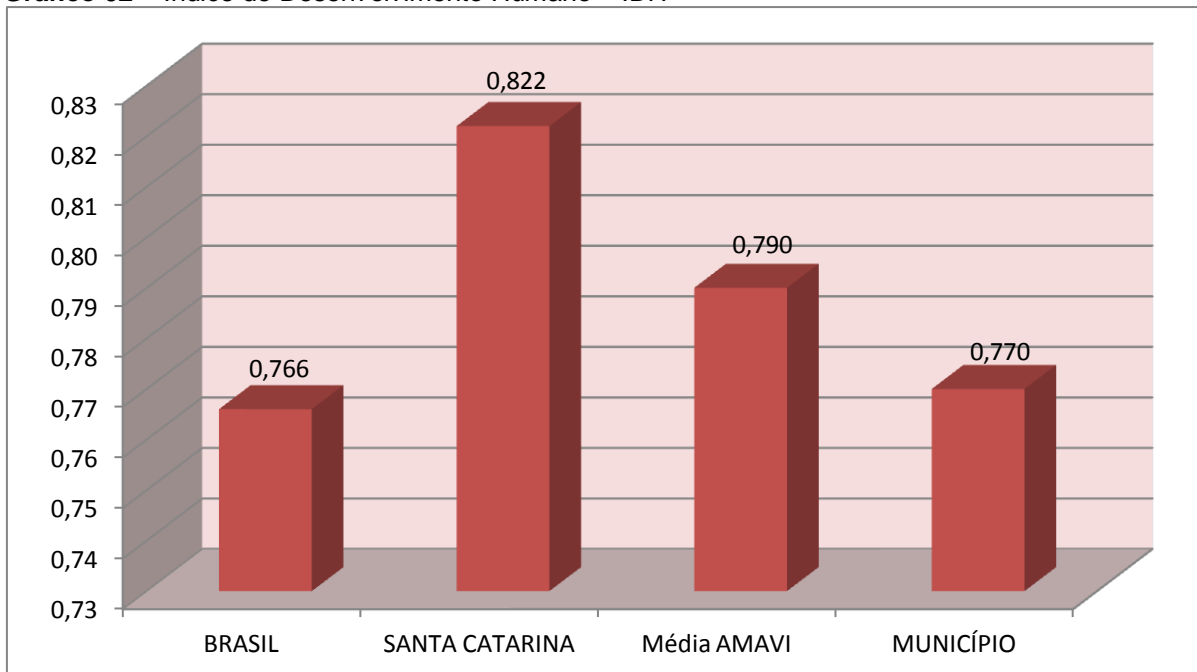
Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2008

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2000, o Município de Presidente Nereu encontra-se na seguinte situação:

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2000

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	6.876.800,00
PPA	1246	28/07/2009	DESPESA FIXADA	6.876.800,00
LDO	1250	18/08/2009		
LOA	1259	20/10/2009		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

A execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2010

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	6.876.800,00	7.615.864,72	110,75
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	8.454.189,57	7.342.168,03	86,85
Superávit de Execução Orçamentária		273.696,69	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 273.696,69**, correspondendo a **3,59%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 273.696,69, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 141.715,98 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 131.980,71.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do município de Presidente Nereu nos últimos 5 anos:

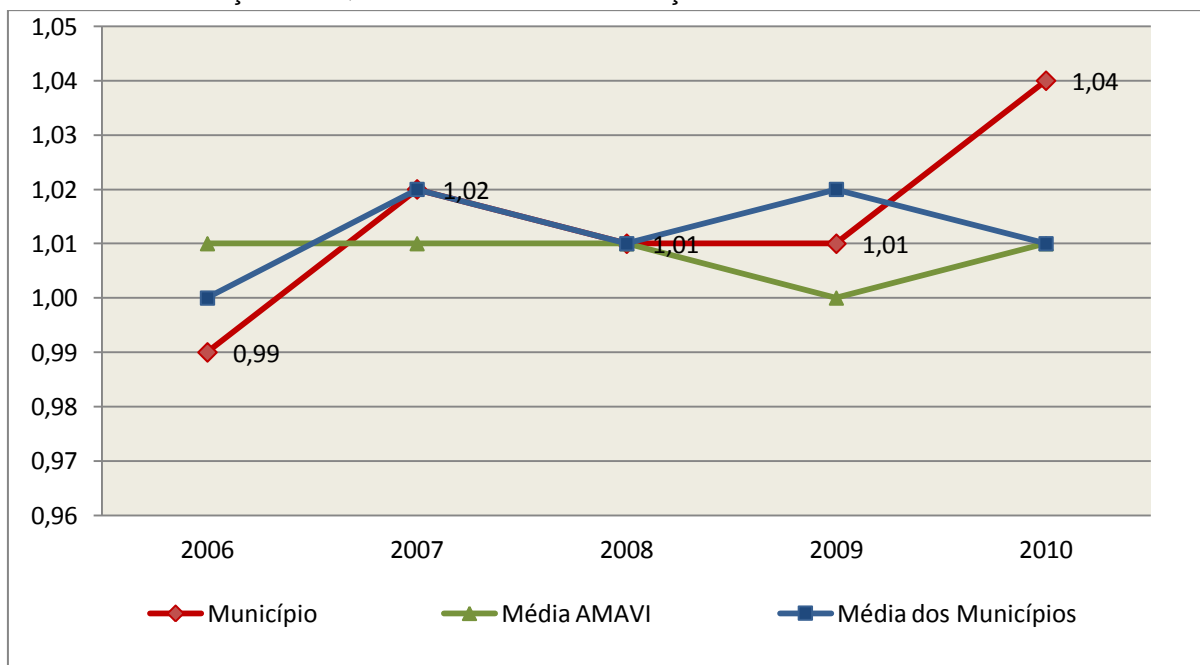
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2006-2010

ITENS / ANO		2006	2007	2008	2009	2010
1	Receita realizada	4.367.370,96	4.861.907,10	5.591.799,63	6.082.223,83	7.615.864,72
2	Despesa executada	4.402.907,69	4.776.159,25	5.551.800,50	5.997.370,79	7.342.168,03
QUOCIENTE		2006	2007	2008	2009	2010
Resultado Orçamentário (1÷2)		0,99	1,02	1,01	1,01	1,04

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 7.615.864,72**, equivalendo a **110,75%** da receita orçada.

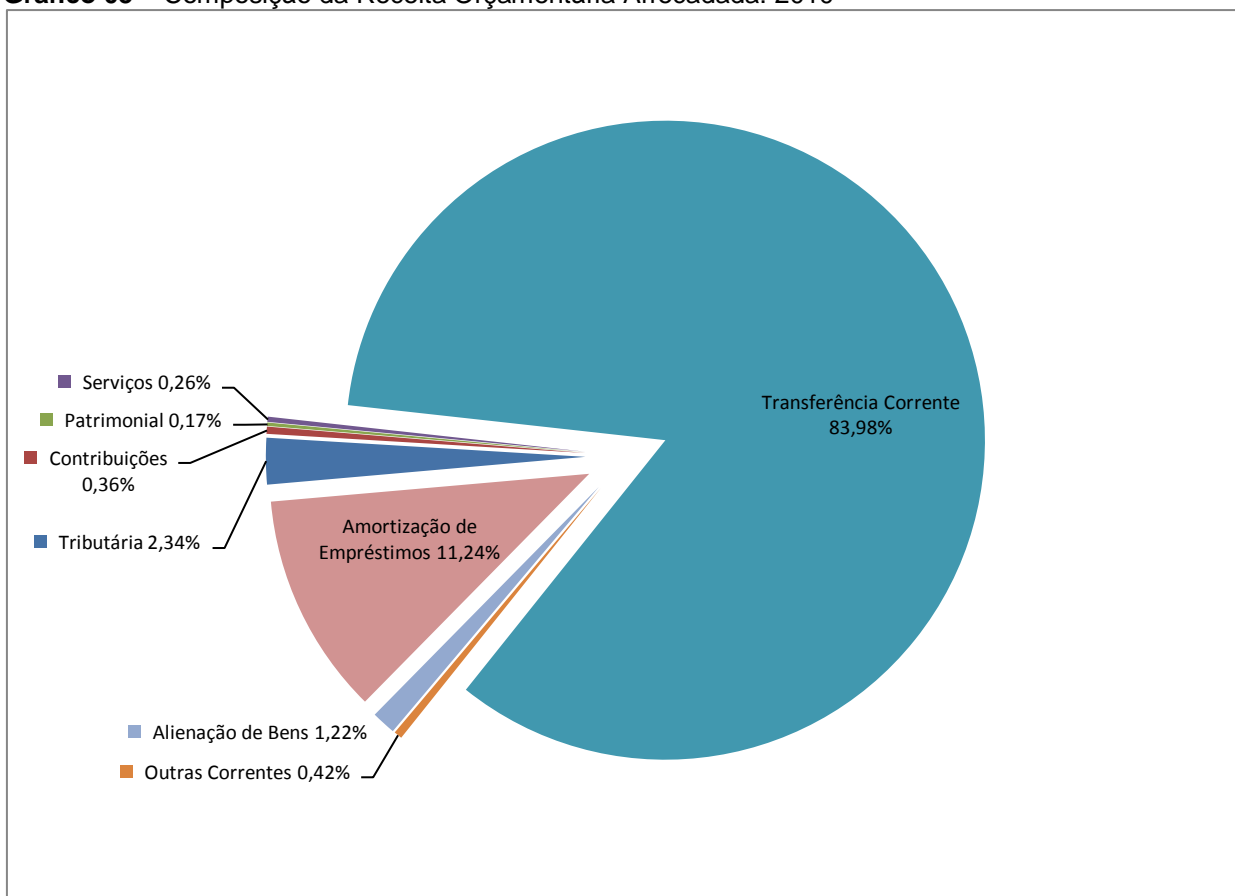
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2010

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	228.500,00	178.586,21	78,16
Receita de Contribuições	55.000,00	27.592,96	50,17
Receita Patrimonial	12.000,00	13.143,15	109,53
Receita de Serviços	66.500,00	19.883,13	29,90
Transferência Corrente	5.936.300,00	6.395.983,78	107,74
Outras Receitas Correntes	70.000,00	31.746,99	45,35
Operações de Crédito	20.000,00	-	-
Alienação de Bens	31.000,00	92.950,00	299,84
Amortização de Empréstimos	-	855.978,50	-
Transferências de Capital	457.500,00	-	-
TOTAL DA RECEITA	6.876.800,00	7.615.864,72	110,75

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 05 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2010

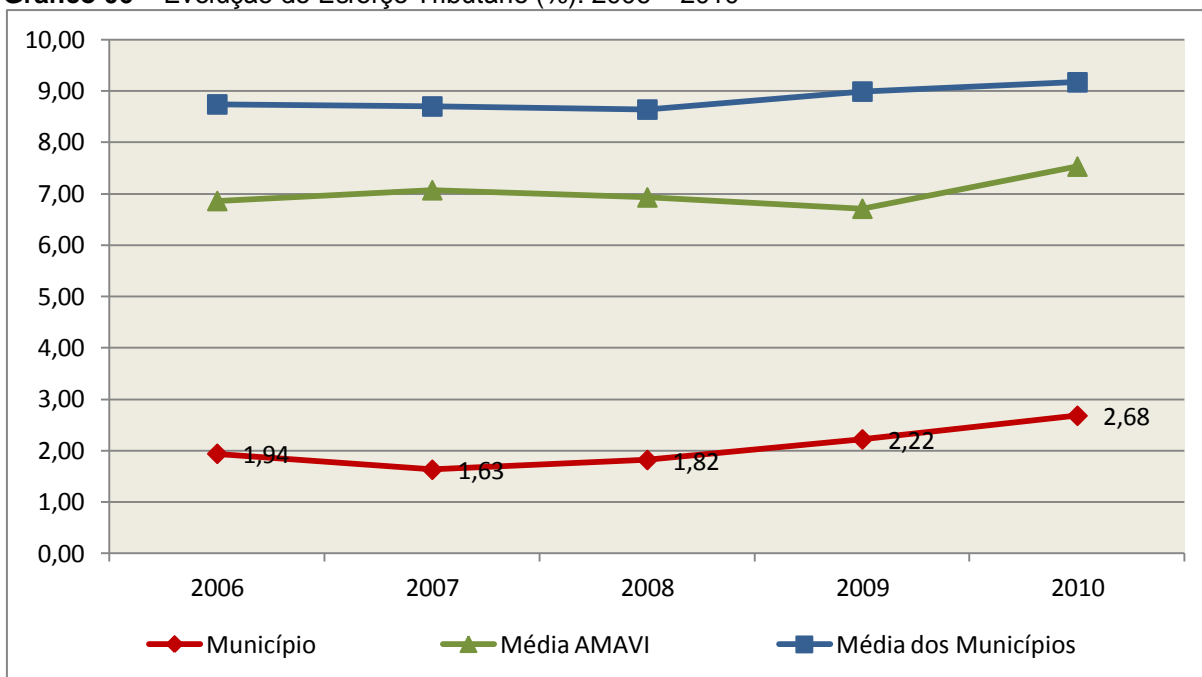


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **83,98%**, está concentrada na transferência corrente.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 06 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2006 – 2010

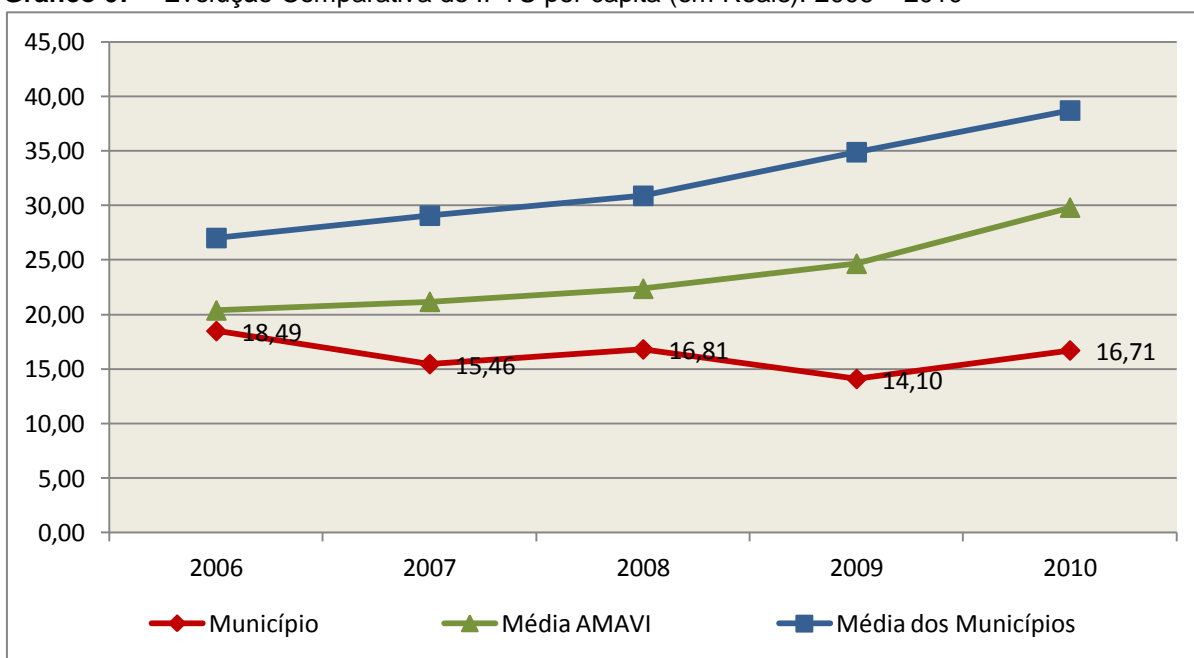


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 07 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

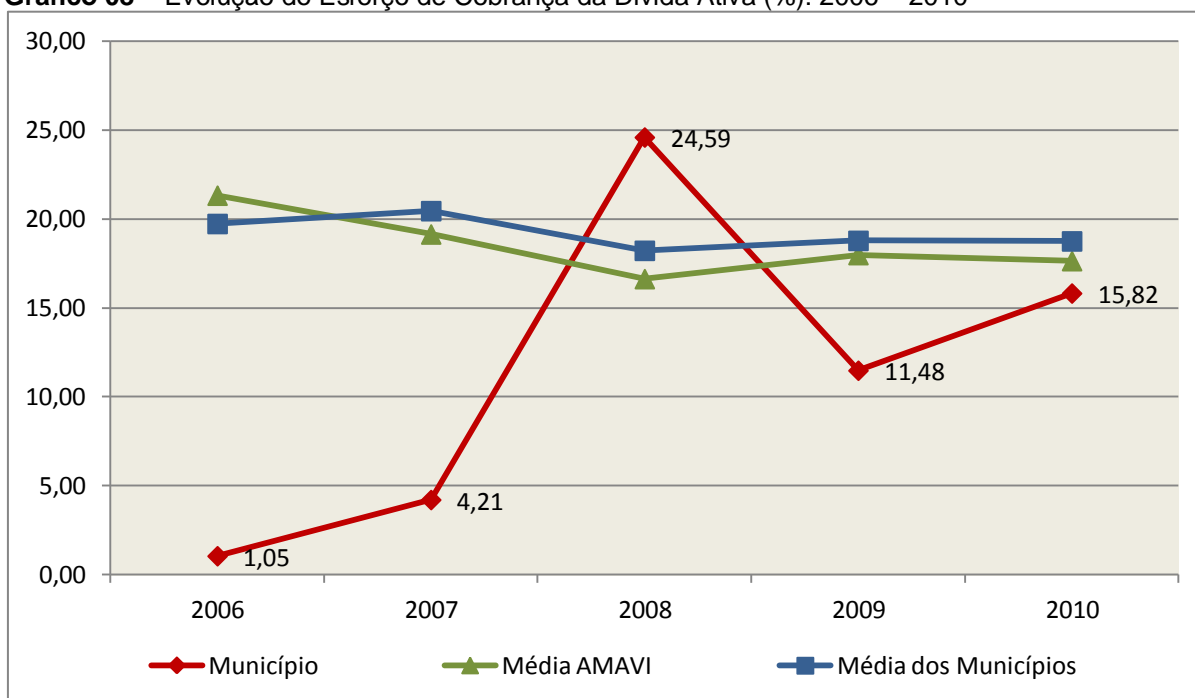
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2010

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
29.078,20	3.986,34	0,00	0,00	4.600,65	7.081,69	21.382,20

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 08 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2010

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	350.000,00	331.603,80	94,74
04-Administração	898.818,90	1.076.622,43	119,78
08-Assistência Social	310.755,00	455.573,00	146,60
10-Saúde	1.627.942,96	1.505.410,11	92,47
12-Educação	1.852.500,00	1.640.412,19	88,55

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
13-Cultura	32.000,00	38.859,84	121,44
15-Urbanismo	230.446,53	160.074,38	69,46
20-Agricultura	377.300,00	938.715,22	248,80
23-Comércio e Serviços	52.000,00	81.809,20	157,33
24-Comunicações	23.200,00	12.196,58	52,57
26-Transporte	1.380.735,00	934.226,64	67,66
27-Desporto e Lazer	36.500,00	20.368,51	55,80
28-Encargos Especiais	195.000,00	146.296,13	75,02
99-Reserva de Contingência	10.000,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	7.377.198,39	7.342.168,03	99,53

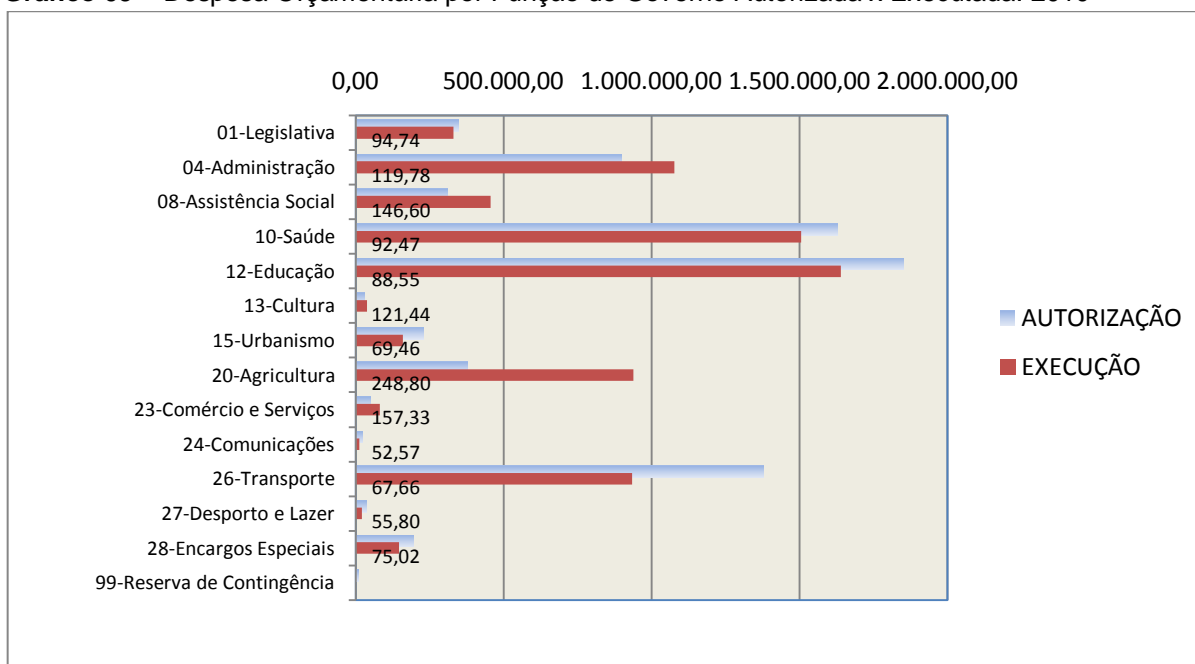
Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre os créditos autorizados constante do Anexo 11 e o informado via Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento, consta do Capítulo 8 – Inconsistências Contábeis, deste Relatório.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2010



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2006 – 2010

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2006	2007	2008	2009	2010
01-Legislativa	239.384,11	266.095,23	293.650,30	375.953,66	331.603,80
04-Administração	565.741,60	666.199,73	660.488,48	925.545,14	1.076.622,43
08-Assistência Social	216.022,51	225.743,19	366.575,62	307.049,92	455.573,00
10-Saúde	893.635,24	964.863,11	1.138.805,92	1.286.582,32	1.505.410,11
12-Educação	991.543,65	1.040.489,60	1.281.336,04	1.506.139,73	1.640.412,19
13-Cultura	11.421,88	11.130,43	11.951,53	27.988,28	38.859,84
15-Urbanismo	52.501,20	141.367,43	39.186,07	28.774,13	160.074,38
20-Agricultura	519.151,20	301.757,22	403.175,87	467.173,36	938.715,22
23-Comércio e Serviços	60.826,23	26.627,59	50.744,25	51.307,64	81.809,20
24-Comunicações	6.035,75	11.700,81	2.871,35	1.893,74	12.196,58
26-Transporte	713.506,20	968.156,22	1.153.419,92	857.353,04	934.226,64
27-Desporto e Lazer	10.998,00	10.722,49	6.560,43	9.628,73	20.368,51
28-Encargos Especiais	129.690,77	141.306,20	143.034,72	151.981,10	146.296,13
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	4.410.458,34	4.776.159,25	5.551.800,50	5.997.370,79	7.342.168,03

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2010

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	38.160,35	0,60
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	44.388,94	0,70
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	56.997,53	0,89
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	14.057,08	0,22
Cota do ICMS	1.944.565,22	30,50
Cota-Parte do IPVA	84.665,22	1,33
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	41.402,47	0,65
Cota-Parte do FPM	4.126.516,42	64,73
Cota do ITR	5.844,40	0,09
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	12.426,24	0,19
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	3.661,15	0,06

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	2.069,61	0,03
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	6.374.754,63	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2010

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	7.870.057,90
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	1.203.121,68
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.666.936,22

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

Em seguida é analisada a evolução da situação patrimonial e financeira do município nos últimos 5 anos, com a apuração e demonstração de quocientes. Divergências contábeis relevantes serão apresentadas no capítulo 8, de forma que todos os fundamentos técnicos expostos neste relatório para fundamentar a confecção do parecer prévio estejam devidamente evidenciados.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Presidente Nereu (em Reais): 2009 – 2010

ATIVO	2009	2010	PASSIVO	2009	2010
Financeiro	173.888,29	447.584,98			
Disponível	173.888,29	447.584,98			
Bancos Conta Movimento	173.888,29	447.584,98			
Permanente	5.859.411,76	6.344.798,78			
Dívida Ativa	29.078,20	21.382,20			
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	29.078,20	21.382,20			
Imobilizado	5.830.333,56	6.323.416,58			
Bens Móveis e Imóveis	5.830.333,56	6.323.416,58			
Bens Imóveis	3.780.174,16	3.783.155,17			
Bens Móveis	2.050.159,40	2.540.261,41			
ATIVO REAL	6.033.300,05	6.792.383,76	PASSIVO REAL	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL		0,00	SALDO PATRIMONIAL	6.033.300,05	6.792.383,76
			Ativo Real Líquido	6.033.300,05	6.792.383,76
TOTAL	6.033.300,05	6.792.383,76	TOTAL	6.033.300,05	6.792.383,76

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

A variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2009 - 2010

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	173.888,29	447.584,98	273.696,69
Passivo Financeiro	0,00	0,00	0,00
Saldo Patrimonial Financeiro	173.888,29	447.584,98	273.696,69

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 447.584,98** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,00** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 273.696,69** passando de um Superávit de **R\$ 173.888,29** para um Superávit de **R\$ 447.584,98**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 272.015,60**.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2006 – 2010

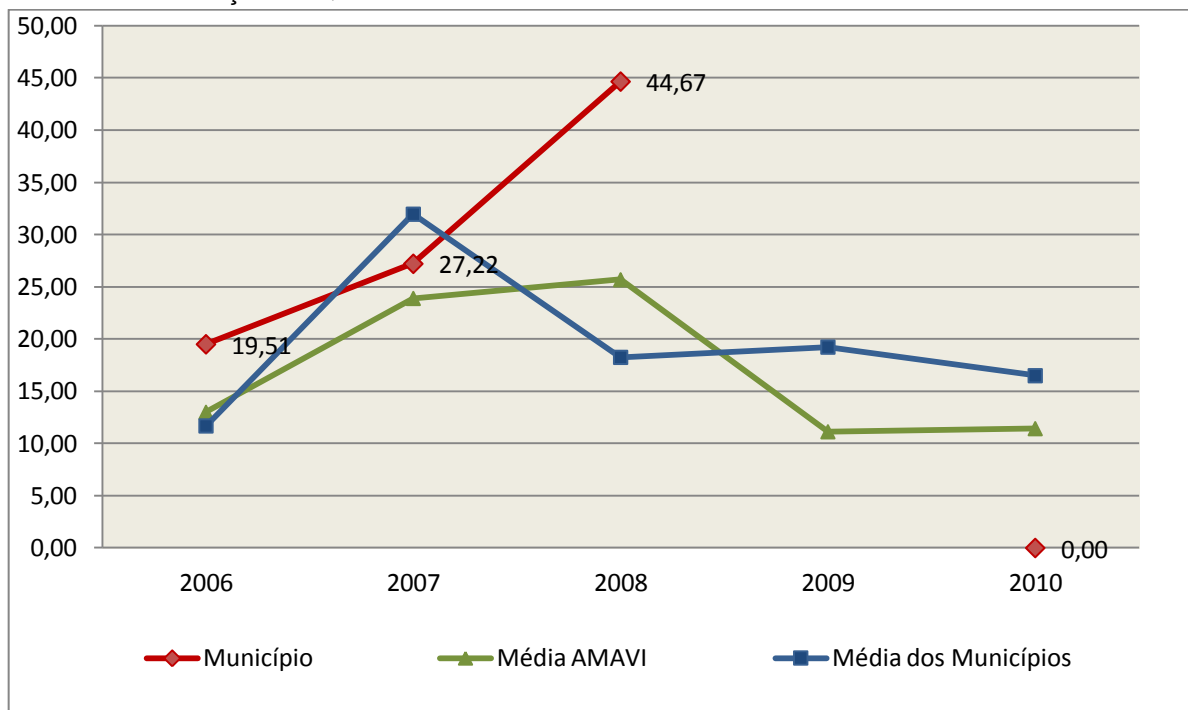
ITENS / ANO	2006	2007	2008	2009	2010
1 Despesa Executada	4.410.458,34	4.776.159,25	5.551.800,50	5.997.370,79	7.342.168,03
2 Restos a Pagar	34.422,53	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00
3 Ativo Financeiro Ajustado	29.434,13	120.751,66	145.287,51	173.888,29	447.584,98
4 Passivo Financeiro Ajustado	94.817,24	70.244,73	55.869,82	0,00	0,00
5 Ativo Real	3.557.847,42	3.876.072,41	5.671.976,95	6.033.300,05	6.792.383,76
6 Passivo Real	182.333,25	142.372,71	126.970,71	0,00	0,00
QUOCIENTES	2006	2007	2008	2009	2010
Resultado Patrimonial (5÷6)	19,51	27,22	44,67	-	-
Situação Financeira (3÷4)	0,31	1,72	2,60	-	-
Restos a Pagar (2÷1)*100	0,78	1,15	0,99	-	-

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2006 – 2010



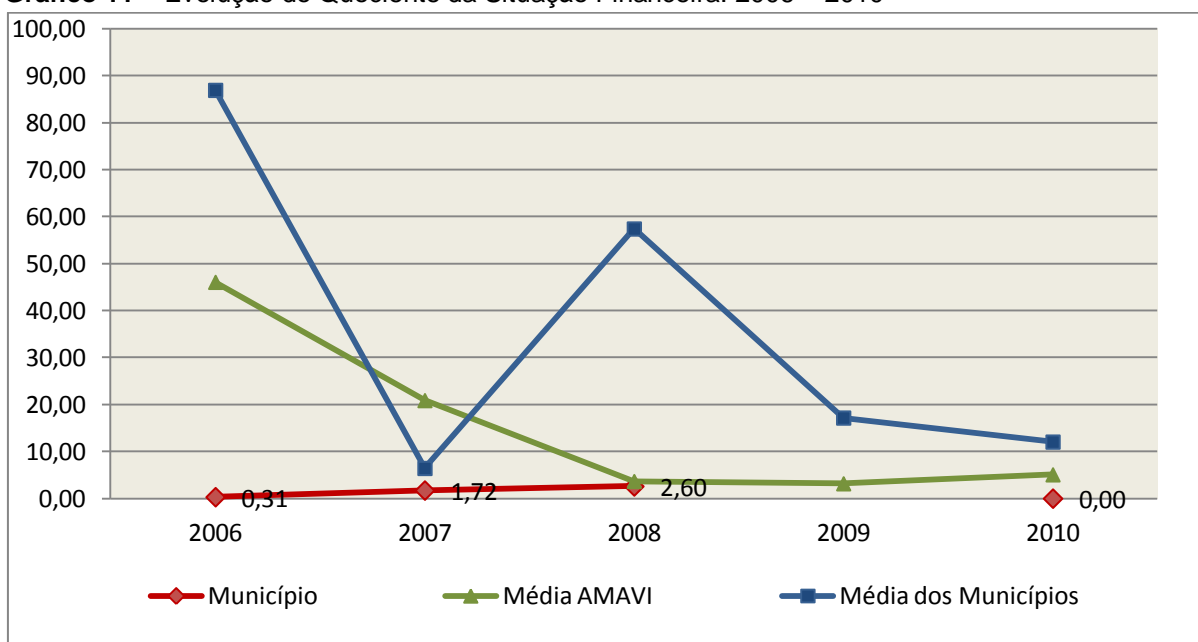
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Ressalte-se que a Unidade não foi avaliada graficamente nos exercícios de 2009 e 2010 uma vez que não possui passivo real.

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do município.

Gráfico 11 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

OBS.: A Unidade não foi avaliada graficamente nos exercícios de 2009 e 2010 uma vez que não possui passivo financeiro.

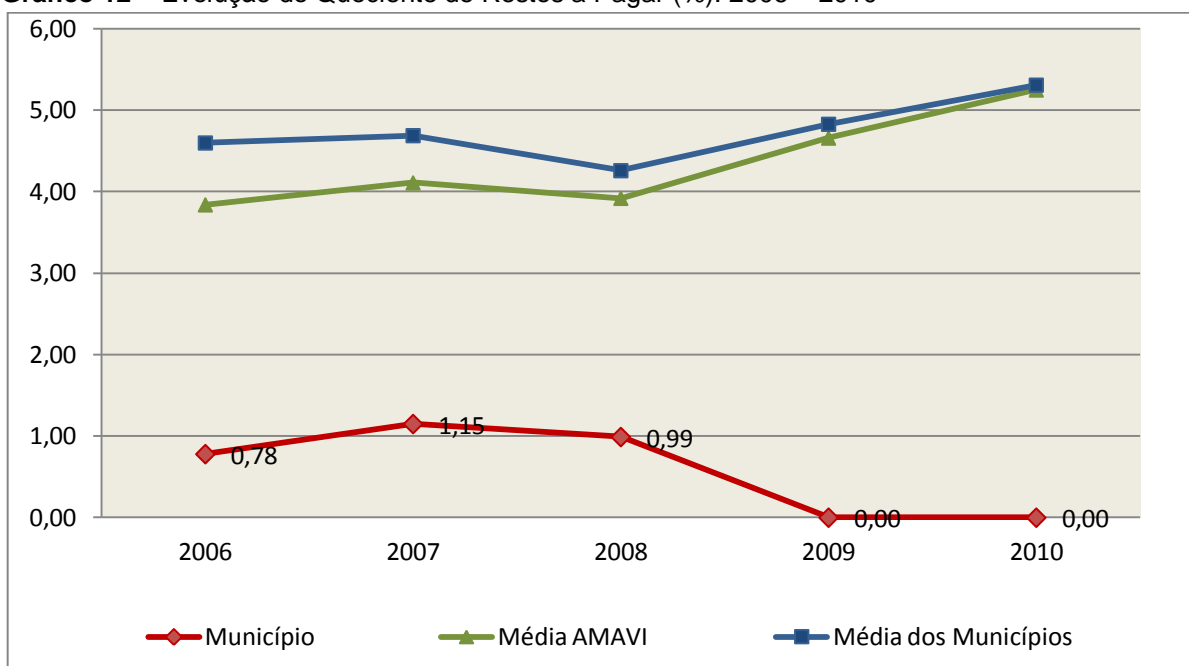
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se superavitária, sendo que no final do exercício de 2010 o mesmo não apresentava saldo em seu Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Presidente Nereu é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **0,00%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2010 – art. 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	6.374.754,63	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.505.410,11	23,62
Atenção Básica (10.301)	1.505.410,11	23,62

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	346.948,85	5,44
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	1.158.461,26	18,17
Valor Mínimo a ser Aplicado	956.213,19	15,00
Valor Acima do Limite	202.248,07	3,17

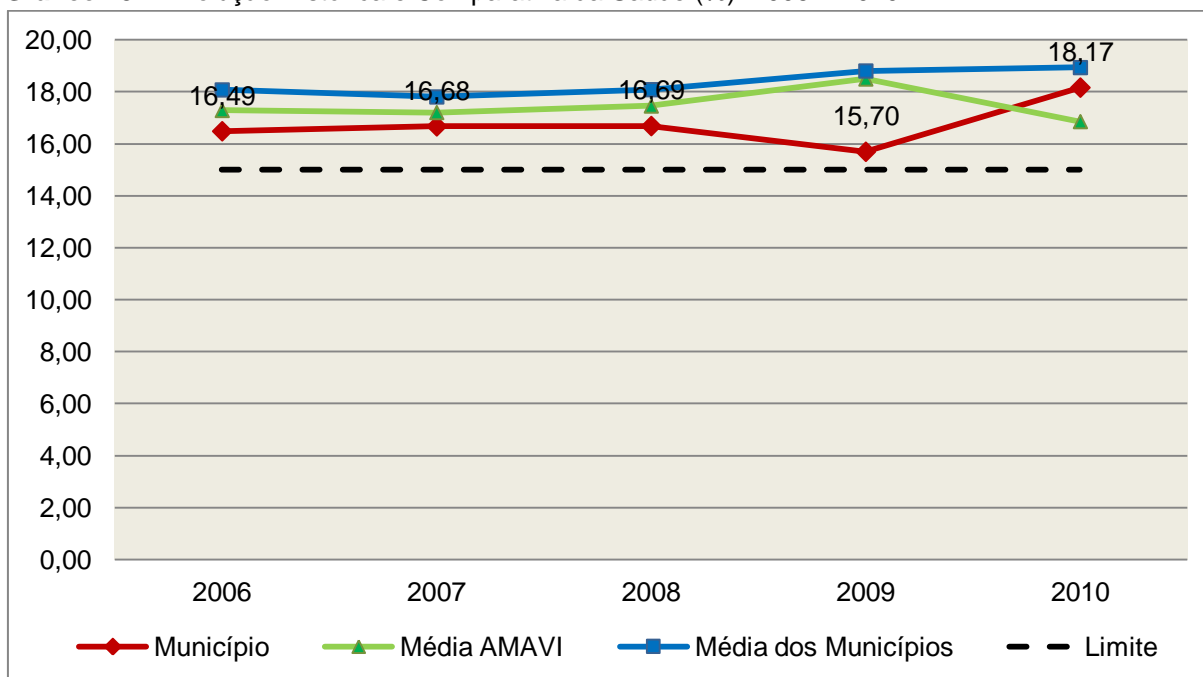
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

Pelo demonstrativo acima, constata-se que o montante aplicado foi da ordem de **R\$ 1.158.461,26**, correspondendo a um percentual de **18,17%** da receita com impostos, inclusive transferências de impostos, evidenciando que o município **CUMPRIU** o referido dispositivo constitucional.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em ações e serviços públicos de saúde:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino (exercício de 2010) – art. 212 da Constituição Federal.

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2010

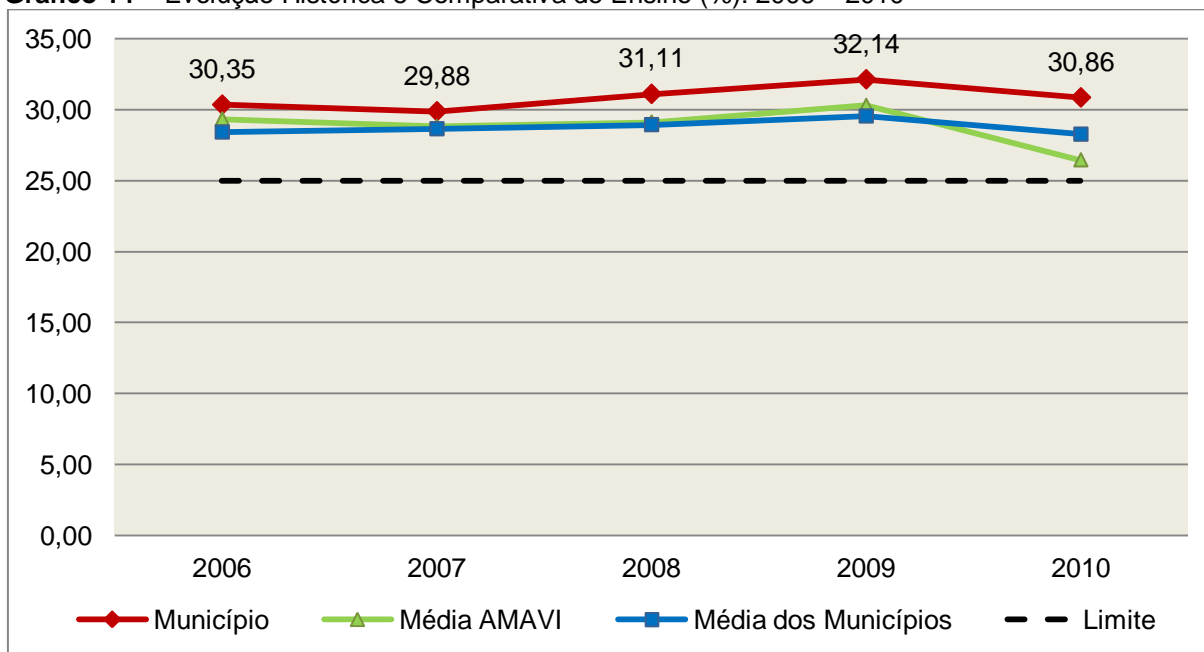
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	6.374.754,63	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	355.941,11	5,58
Educação Infantil (12.365)	355.941,11	5,58
Valor Aplicado Ensino Fundamental	1.257.072,20	19,72
Ensino Fundamental (12.361/12.366/12.367)	1.257.072,20	19,72
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	342.969,42	5,38
(+) Perda com FUNDEB	698.139,36	10,95
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.105,27	0,02
Total das Despesas para efeito de Cálculo	1.967.077,98	30,86
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.593.688,66	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	373.389,32	5,86

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 1.967.077,98** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **30,86%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 373.389,32**, representando **5,86%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de **Presidente Nereu** em 2010 reduziu seus gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

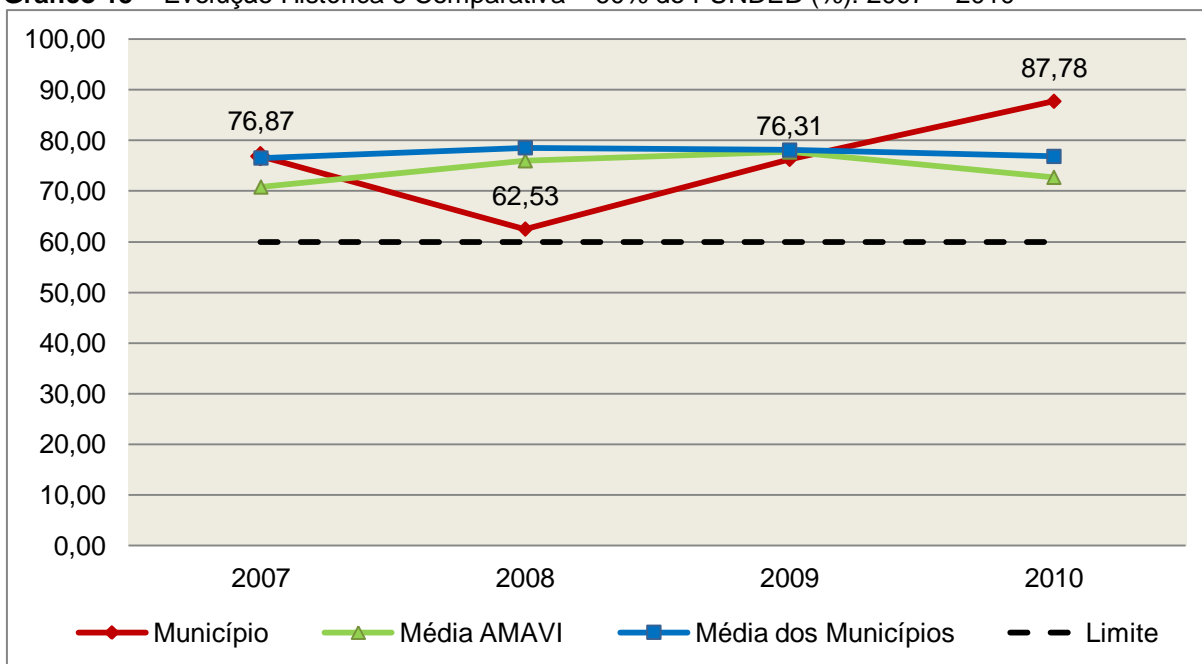
Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério – FUNDEB: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	504.982,32
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	1.105,27
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	506.087,59
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	303.652,55
Total dos Gastos Efetuados c/Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício pagos c/ Recursos do FUNDEB, conforme pesquisa realizada no Sistema e-Sfinge (FR = 18), fls. 819-824	444.261,49
Valor Acima do Limite	140.608,94

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 444.261,49**, equivalendo a **87,78%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2007 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

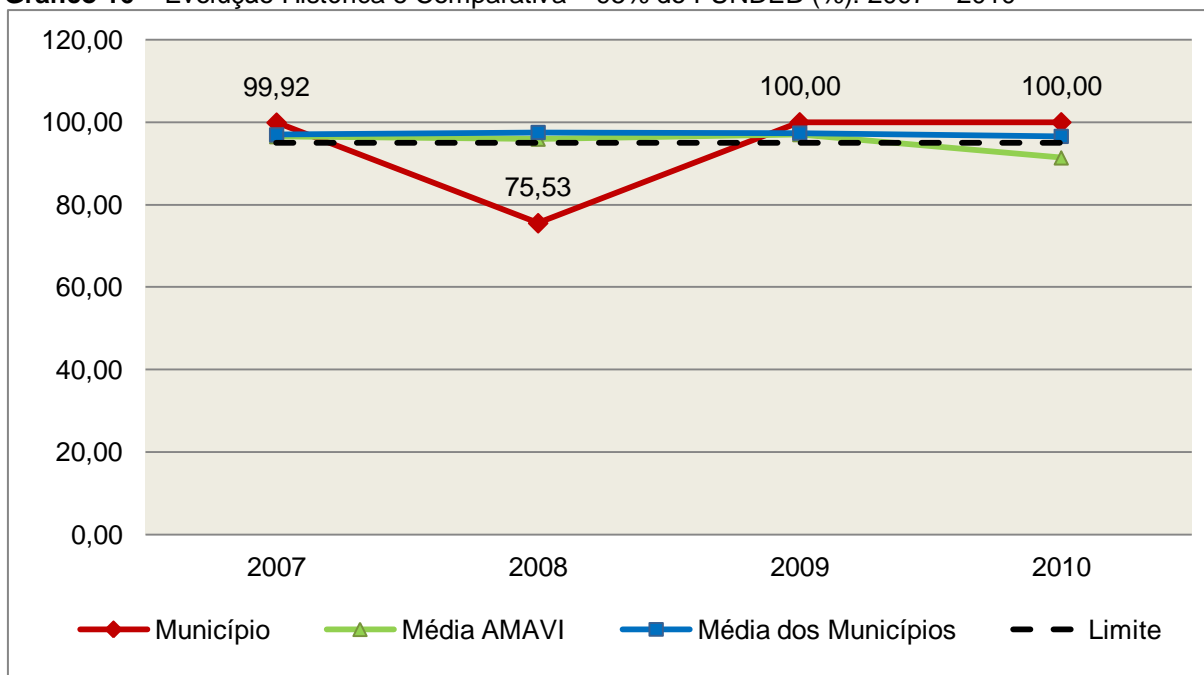
Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	506.087,59
95% dos Recursos do FUNDEB	480.783,21
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica empenhadas e liquidadas com recursos do FUNDEB e as não liquidadas com cobertura financeira, conforme demonstrado no Apêndice 3, deste Relatório	506.087,59
Valor Acima do Limite	25.304,38

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O demonstrativo anterior evidencia que o Município aplicou o valor de **R\$ 506.087,59**, equivalendo a **100,00%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2007 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Presidente Nereu manteve sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Ante a inexistência de saldo no encerramento do exercício de 2009 de recursos do FUNDEB, resta prejudicada a verificação prevista no art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2010

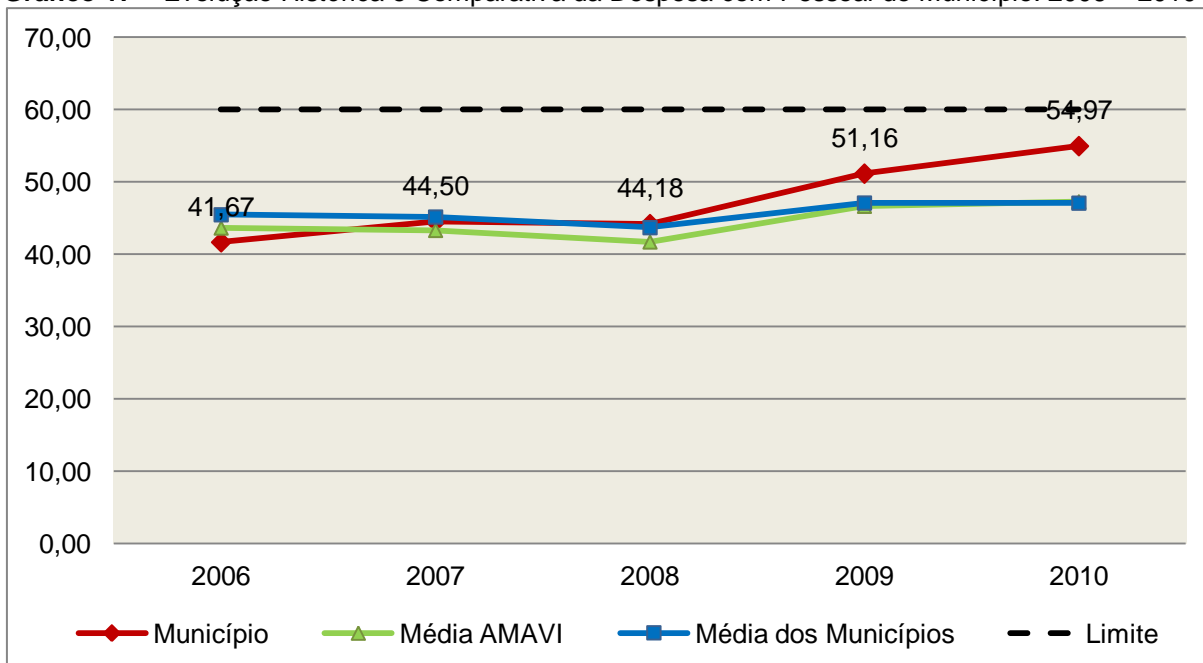
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.666.936,22	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	4.000.161,73	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	3.394.910,14	50,92
Pessoal e Encargos	3.394.910,14	50,92
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	275.250,78	4,13
Pessoal e Encargos	275.250,78	4,13
Total das deduções das despesas com pessoal*	5.033,58	0,08
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	3.665.127,34	54,97
Valor Abaixo do Limite (60%)	335.034,39	5,03

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **54,97%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Presidente Nereu, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2010

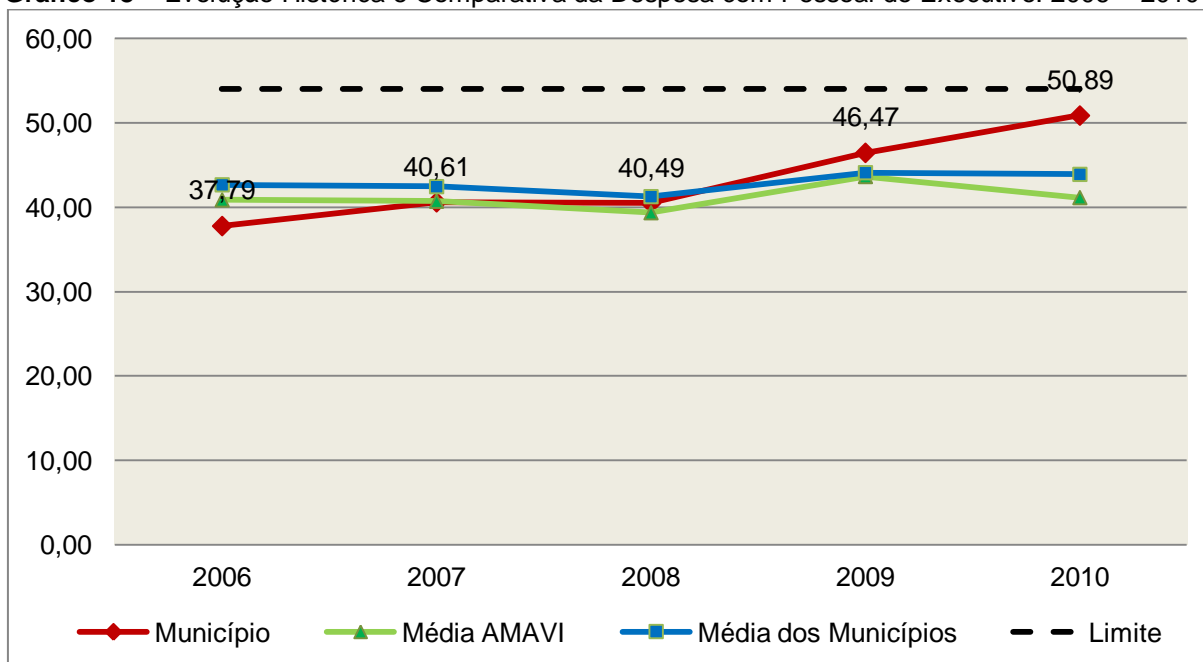
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.666.936,22	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	3.600.145,56	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	3.394.910,14	50,92
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	1.814,10	0,03
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	3.393.096,04	50,89
Valor Abaixo do Limite (54%)	207.049,52	3,11

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **50,89%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2010

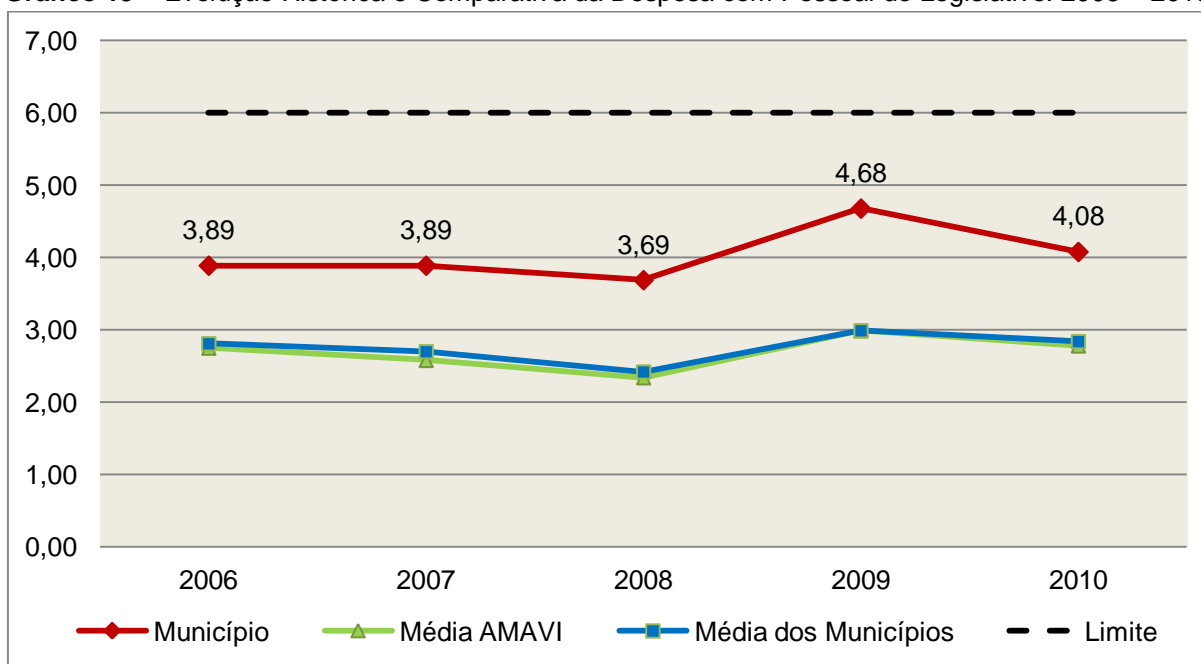
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.666.936,22	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	400.016,17	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	275.250,78	4,13
Deduções com pessoal do Poder Legislativo*	3.219,48	0,05
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	272.031,30	4,08
Valor Abaixo do Limite (6%)	127.984,87	1,92

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **4,08%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

Gráfico 19 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno na Administração Pública é aquele que se realiza internamente, ou seja, através dos órgãos componentes da própria estrutura administrativa que pratica e fiscaliza os atos sujeitos ao seu controle, conforme preconizado nos artigos 31 e 70 da Constituição Federal.

Nesse sentido, apresenta-se o quadro que segue, indicando o responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Presidente Nereu, sua lei instituidora e o envio dos relatórios de sua competência:

Quadro 20 – Informações sobre o Sistema de Controle Interno

LEI INSTITUIDORA	4, de 19/12/2003					
RESPONSÁVEL	Carla Schaufelberger	ATO DE NOMEAÇÃO			Decreto nº 08/2009, de 08/01/2009	
RELATÓRIOS BIMESTRAIS (art. 5º, § 3º, Res. nº TC 16/94)	Datas Limites para Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	31/03/2010	31/05/2010	02/08/2010	30/09/2010	30/11/2010	31/01/2011
	Datas de Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	29/03/2010	31/05/2010	02/08/2010	04/10/2010	02/12/2010	04/02/2011

A restrição oriunda do descumprimento do art. 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004, encontra-se anotada no Capítulo 9, deste Relatório.

7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de

fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Presidente Nereu, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no montante de R\$ 49.842,61, representa 1,21% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal.

Além disso, conforme documentação remetida em resposta ao Ofício Circular nº 6.813/2011 (fls. 794 a 803 dos autos), verifica-se que:

1) A nominata dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às páginas 794/795.

2) Não se evidenciou a remessa do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, em desacordo ao disposto o artigo 260, § 2º da Lei Federal nº 8.069/90

combinado com o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

3) Não se constatou a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, contrariando o disposto no artigo 260, § 2º da Lei Federal nº 8.069/90 combinado com o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

4) A remuneração total dos Conselheiros Tutelares, no montante de R\$ 11.452,38, representa 22,98% da despesa total do Fundo Municipal da Infância e Adolescência (R\$ 49.842,61), sendo que a mesma está sendo paga com recursos do referido Fundo, em desacordo ao artigo 16 da Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010.

Art. 16 Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

[...]

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

8. INCONSISTÊNCIA CONTÁBIL

8.1. Divergência, no valor de **R\$ 1.076.991,18**, entre os créditos autorizados constantes do Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 (R\$ 8.454.189,57) e o apurado através das informações enviadas via Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento (R\$ 7.377.198,39), caracterizando afronta aos artigos 75, 90 e 91 da Lei nº 4.320/64 (Quadros 2 e 6);

9. OUTRA RESTRIÇÃO

9.1. Atraso na remessa dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 4º, 5º e 6º bimestres, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004.

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2010

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistência de natureza contábil, essa não afeta de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 273.696,69
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 447.584,98
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	18,17%
4.2) Ensino	25,00%	30,86%
4.3) FUNDEB	60,00%	87,78%
	95,00%	100,00%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	54,97%
b) Poder Executivo	54,00%	50,89%
c) Poder Legislativo	6,00%	4,08%

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção in loco e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2010 do Município de Presidente Nereu**, esta instrução apresenta as seguintes restrições:

1. RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 1.1. Divergência, no valor de **R\$ 1.076.991,18**, entre os créditos autorizados constantes do Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 (R\$ 8.454.189,57) e o apurado através das informações enviadas via Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento (R\$ 7.377.198,39), caracterizando afronta aos artigos 75, 90 e 91 da Lei nº 4.320/64.
- 1.2. Atraso na remessa dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 4º, 5º e 6º bimestres, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004.

Diante da situação apurada, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** a adoção de providências com vistas à correção das deficiências de natureza contábil constantes do Capítulo 8, deste Relatório;

III - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 7 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 9, em 31/10/2011.

ANDREA YUMI IÇO
Auditora Fiscal de Controle Externo

SÉRGIO RICARDO MACIEL
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 9

De Acordo.

Em 31/10/2011.

SONIA ENDLER
Coordenadora de Controle
Inspetoria 3

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde, conforme, pesquisa realizada no Sistema e-Sfinge (fl. 833 dos autos) referente a:	
Transf. convênio Saúde (FR 23) = R\$ 85.545,00	
Transf. convênio Saúde – outros (FR 24) = R\$ 87.500,98	
Atenção Básica (FR 64) = R\$ 141.670,76	
Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hosp. (FR 65) = R\$ 7.544,27	
Vigilância em saúde (FR 66) = R\$ 15.657,27	
Assistência farmacêutica básica (FR 67) = R\$ 7.030,57	
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	346.948,85

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil, conforme pesquisa realizada no Sistema e-Sfinge, referente ao PNAE, FR = 60 (fls. 814 dos autos)	4.791,45
Outras despesas dedutíveis com Educação Infantil, conforme pesquisa realizada no Sistema e-Sfinge e demonstrada no Apêndice 1, deste Relatório	9.653,30
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental, conforme pesquisa realizada no Sistema e-Sfinge (fls. 815-818) referente a:	
Transf. de convênios – educação (FR = 22) = R\$ 224.381,44	
Salário educação (FR = 58) = R\$ 54.726,56	
PDDE (FR = 59) = R\$ 4.274,80	
PNATE (FR = 61) = R\$ 41.580,16	
Outras despesas dedutíveis com Ensino Fundamental, conforme pesquisa realizada no Sistema e-Sfinge e demonstrada no Apêndice 2, deste Relatório	3.561,71
Total das deduções das despesas com Educação Básica	342.969,42

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Indenizações Restituições Trabalhistas (3.1.90.94 e 3.1.91.94)	1.814,10
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo	1.814,10
Legislativo: Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.90.92 e 3.1.91.92)	3.219,48
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Legislativo	3.219,48
Total das deduções das despesas com pessoal	5.033,58

APÊNDICE 1

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Vi. Empenho (R\$)	Histórico
1	1049	28/05/2010	CLEVERSON ZEITZ & CIA LTDA ME	1.765,14	RELATIVO A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICOS DESTINADO A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	2378	24/11/2010	CLEVERSON ZEITZ & CIA LTDA ME	910,38	RELATIVO A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADO A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	689	13/04/2010	JORGE CARMISINI NETO	37,00	RELATIVO A AQUISICAO DE LEITE DESTINADO A MERENDA PARA DISTRIBUICAO NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	399	02/03/2010	MAURI FARIAS	260,00	RELATIVO A AQUISICAO DE LEITE PARA OS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	343	23/02/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	109,20	RELATIVO A AQUISICAO DE PAEZINHOS PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	593	30/03/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	94,00	RELATIVO A AQUISICAO DE GAS DE COZINHA PARA OS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	437	09/03/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	118,40	RELATIVO A AQUISICAO DE PAEZINHOS E MASSINHAS DESTINADO A MERENDA PARA DISTRIBUICAO NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	590	30/03/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	144,40	RELATIVO A AQUISICAO DE PAEZINHOS E MASSINHAS PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	1235	22/06/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	42,00	RELATIVO A AQUISICAO DE PAEZINHOS DESTINADO A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	1236	22/06/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	42,00	RELATIVO A AQUISICAO DE PAEZINHOS DESTINADO A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	936	18/05/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	42,00	RELATIVO A AQUISICAO DE PAEZINHOS PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	945	18/05/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	42,00	RELATIVO A AQUISICAO DE PAES DESTINADO A MERENDA NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO.
1	991	25/05/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	42,00	RELATIVO A AQUISICAO DE PAES PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	942	18/05/2010	PANIFICADORA BERTOLINO	45,00	RELATIVO A AQUISICAO DE PAES DESTINADO A MERENDA NAS UNIDADES DE ENSINO DO

			LTDA		MUNICÍPIO.
1	935	18/05/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	51,00	RELATIVO A AQUISICAO DE PAEZINHOS DESTINADO A MERE NDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	939	18/05/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	51,00	RELATIVO A AQUISICAO DE PAES DESTINADO A MERENDA N OS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	947	18/05/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	87,00	RELATIVO A AQUISICAO DE PAES DESTINADO A MERENDA N OS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	1413	13/07/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	151,75	RELATIVO A AQUISICAO DE PAEZINHOS DESTINADO A MERE NDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	1826	31/08/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	252,00	RELATIVO A AQUISICAO DE PAEZINHOS DESTIANDO A MERE NDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	2106	15/10/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	255,00	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PAEZINHOS) PARA MERENDA ESCOLAR NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	349	25/02/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	916,75	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	729	20/04/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	95,03	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	507	22/03/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	133,10	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO AOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO .
1	696	14/04/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	171,12	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA PARA DISTRIBUICAO NOS NUCLEOS DE ED UCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	525	24/03/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	247,29	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	682	12/04/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	276,83	RELATIVO A AQUISICAO DE HOTIFRUTIGRANJEIROS DESTIN ADO A MERENDA PARA DISTRIBUICAO NOS NUCLEOS DE EDU CACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	471	17/03/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	318,96	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA PARA DISTRIBUICAO NOS NUCLEOS DE ED UCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	1042	26/05/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	106,17	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.

1	957	19/05/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	95,83	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS, DEST INADO A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL D O MUNICIPIO.
1	852	03/05/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	108,39	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	1245	22/06/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	142,67	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA NA CRECHE MUNICIPAL.
1	857	05/05/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	155,79	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADOS A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL D O MUNICIPIO.
1	1309	29/06/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	216,04	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DEST INADO A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL D O MUNICIPIO.
1	1597	03/08/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	32,25	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO .
1	1843	31/08/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	65,72	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	1363	06/07/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	89,02	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA NOS NUYNCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL D O MUNICIPIO.
1	1751	24/08/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	102,01	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	1918	14/09/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	98,42	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	2029	29/09/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	110,91	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA OS NUCLEOS DE EDUCACAO INF ANTIL, (MERENDA ESCOLAR)
1	1881	06/09/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	120,30	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI ANDO A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	2004	23/09/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	135,97	AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTINO A MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL .
1	2215	26/10/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	200,02	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA OS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO.

1	2168	20/10/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	213,89	AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTINADO A MERE NDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	2500	02/12/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	97,29	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL
1	2382	24/11/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	155,04	AQUISICAO HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTINADO A MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	2320	17/11/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	181,13	AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS PARA MERENDA ESC OLAR DOS NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO .
1	2291	09/11/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	200,82	AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTINADO A MERE NDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
1	2499	02/12/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	280,27	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA CAFE DDE EN CERRAMENTO E FORMATURA DO PRE

Total VI. Empenho (R\$): 9.653,30

APÊNDICE 2

Despesas excluídas do por não serem consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Vi. Empenho (R\$)	Histórico
0	344	23/02/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	186,90	RELATIVO A AQUISICAO DE PAEZINHOS DESTINADO A MERE NDA NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
0	1237	22/06/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	74,10	RELATIVO A AQUISICAO DE PAEZINHOS DESTINADO A MERE NDA NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO.
0	940	18/05/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	87,00	RELATIVO A AQUISICAO DE PAES DESTINADO A MERENDA N AS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO.
0	1416	13/07/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	253,20	RELATIVO A AQUISICAO DE PAEZINHOS DESTINADO A MERE NDA NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO.
0	1823	31/08/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	335,10	RELATIVO A AQUISICAO DE PAEZINHOS DESTINADO A MERE NDA NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO.
0	1875	03/09/2010	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	242,50	RELATIVO A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MASS INHAS) DESTINADO A MERENDA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO QUE IRAO PARTICIPAR DO DESFIL E COMEMORATIVO AO DIA DA INDEPENDENCIA.
0	348	25/02/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	1.091,85	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS PARA MERENDA NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
0	1157	10/06/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	66,57	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A CURSO DE CAPACITACAO DAS MMERENDEIRAS.
0	1156	10/06/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	106,59	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO .
0	1310	29/06/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	27,69	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO .
0	1845	31/08/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	31,94	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO EM CURSO PARA MERENDEIRAS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
0	1566	28/07/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	34,58	RELATIVO A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (BATA TA INGLESA, ABACAXI, MELANCIA), DESTINADO A UTILIZ ACAO EM CONRSO OFERCIDO PARA AS MERENDEIRAS DAS ES COLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

0	1844	31/08/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	50,94	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO .
0	1584	03/08/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	64,50	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO .
0	1752	24/08/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	112,46	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO .
0	1362	06/07/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	147,37	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO .
0	1878	06/09/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	156,05	RELATIVO A AQUISICAO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DESTI NADO A MERENDA NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO .
0	1880	06/09/2010	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	492,37	RELATIVO A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MACA , BANANA, .) DESTINADO A MERENDA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO QUE IRAO PARTICIPAR DO D ESFILE COMEMORATIVO AO DIA DA INDEPENDENCIA.

Total VI. Empenho (R\$): 3.561,71

APÊNDICE 3

Despesas apuradas para fins de cálculo do percentual mínimo de 95% dos recursos oriundos do Fundeb com manutenção e desenvolvimento da educação básica (art. 21 da Lei nº 11.494/2007)

Descrição	Valor (R\$)
Transferências do FUNDEB em 2010	504.982,32
(+) Rendimentos de aplicação Financeira do FUNDEB	1.105,27
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2010 (conforme informações prestadas pela Unidade, constantes no Ofício nº 24/2011, de 16/02/2011, fls. 738 dos autos)	0,00
(+) Despesas empenhadas e liquidadas e as não liquidadas (Grupos de Destinação de Recursos 1 e 2), com recursos do FUNDEB, inscritas em Restos a Pagar com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
(=) Total de recursos do FUNDEB utilizados no exercício de 2010	506.087,59

Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º, da Lei nº 11.494/2007)	
Descrição	Valor (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2010 (fl. 738 dos autos)	0,00
(-) Despesas empenhadas e liquidadas e as não liquidadas, com recursos do FUNDEB, inscritas em Restos a Pagar com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	0,00